

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO
COPED/2026**
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO EM ESCOLAS QUILOMBOLAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Alexandra Francisca de Almeida Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
alexandra.francisca.unimontes.t5@gmail.com

Juliane Leite Ferreira e Figueiredo
Universidade Estadual de Montes Claros
juliane.ferreira@unimontes.br

Cíntia Miranda Mendes
Universidade Estadual de Montes Claros
cmm.unimontesprofei2026turma6@gmail.com

Schirley Ribeiro Ruas
Universidade Estadual de Montes Claros
schirley.ribeiro.unimontes.t5@gmail.com

Eixo: 3 – Educação e Diversidade

Resumo Expandido

Resumo

Este resumo, recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, analisa como o PPP, o AEE e as políticas de inclusão são concebidos na escola quilombola, especialmente no Norte de Minas Gerais. O estudo evidencia a importância do PPP na articulação entre educação escolar quilombola e educação inclusiva, bem como os desafios estruturais e formativos para a efetivação do AEE. Os resultados apontam para a necessidade de práticas pedagógicas colaborativas, formação continuada e políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades históricas nesses territórios.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Educação Inclusiva; Políticas Públicas de Inclusão; Projeto Político-Pedagógico.

Introdução

A educação escolar quilombola, articulada à educação inclusiva, exige práticas pedagógicas que considerem identidade cultural, desigualdades históricas e as especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, com foco nas contribuições da literatura sobre PPP, AEE e políticas públicas de inclusão em comunidades quilombolas. Parte-se da compreensão de que a escola quilombola é espaço de afirmação identitária e de garantia de direitos, demandando um projeto pedagógico fundamentado na diversidade e na inclusão.



Justificativa e problema da pesquisa

As comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios no acesso, permanência e aprendizagem escolar, especialmente no Norte de Minas Gerais, onde fragilidades institucionais dificultam a efetivação da educação especial e inclusiva. Embora exista um amplo arcabouço legal que assegure direitos educacionais e étnico-raciais, persiste um descompasso entre a legislação e a realidade escolar. Nesse contexto, a pesquisa investiga como o PPP, o AEE e as políticas públicas são operacionalizados em escolas quilombolas, identificando limites e possibilidades para a inclusão de estudantes com deficiência. Assim, questiona-se em que medida as práticas pedagógicas, o AEE e as políticas de inclusão têm contribuído para a efetivação do direito à educação desses estudantes, considerando as especificidades socioterritoriais e culturais das comunidades quilombolas.

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral consiste em analisar as práticas pedagógicas e o Atendimento Educacional Especializado na escola quilombola, à luz das políticas públicas de inclusão, buscando compreender seus desafios e perspectivas. Como objetivos específicos, pretende-se: a) discutir o papel do Projeto Político-Pedagógico na articulação entre educação escolar quilombola e educação especial; b) identificar, na literatura, os principais desafios para a implementação do AEE em territórios quilombolas, especialmente no contexto rural; c) examinar as contribuições de práticas pedagógicas colaborativas e da formação continuada de professores para a construção de propostas inclusivas; d) problematizar a relação entre o arcabouço legal da educação inclusiva e das políticas étnico-raciais e sua concretização nas escolas quilombolas.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

O estudo fundamenta-se em autores que discutem PPP, organização escolar e gestão democrática, compreendendo o PPP como elemento estruturador da escola (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012). No campo da educação quilombola, dialoga-se com Arruti (2006) e Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), que abordam identidade, território e direitos. Já a educação inclusiva é discutida a partir de Mantoan, Kassar, Sassaki, Baptista e Jesus, destacando a necessidade de transformação da cultura escolar. Também são mobilizados estudos sobre tecnologias assistivas e formação docente voltada à diversidade étnico-racial e à inclusão.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, de abordagem qualitativa, cuja etapa apresentada corresponde à pesquisa bibliográfica. O estudo analisou legislações, artigos, livros e documentos oficiais sobre educação inclusiva, educação escolar quilombola, PPP e AEE. A análise das obras buscou identificar categorias relacionadas à identidade quilombola, práticas pedagógicas colaborativas, formação docente e desafios das políticas públicas, subsidiando a etapa empírica da pesquisa em escolas quilombolas.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa



Os resultados parciais da pesquisa evidenciam que o PPP, nas escolas quilombolas, deve assumir compromisso com a valorização da identidade cultural e com a educação inclusiva, superando seu caráter apenas técnico. Embora o AEE seja garantido legalmente, sua efetivação enfrenta obstáculos como precariedade estrutural, falta de tecnologias assistivas e carência de formação docente. A literatura também destaca a importância das práticas pedagógicas colaborativas e aponta o descompasso entre o arcabouço legal e a realidade das escolas quilombolas, indicando a necessidade de investimentos, gestão democrática e participação ativa das comunidades na construção do projeto pedagógico.

Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED

O estudo insere-se no campo da Educação ao discutir a efetivação da educação inclusiva em comunidades quilombolas marcadas por desigualdades históricas. Ao articular práticas pedagógicas, AEE, PPP e políticas públicas, contribui para o debate sobre diversidade, inclusão e relações étnico-raciais no contexto escolar. A pesquisa dialoga com perspectivas que compreendem a educação como direito social e instrumento de equidade para grupos historicamente marginalizados.

Considerações finais

Os achados bibliográficos indicam que a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas quilombolas depende da articulação entre PPP, AEE, práticas pedagógicas colaborativas, formação continuada e políticas públicas. Embora exista um amplo arcabouço legal, persistem barreiras estruturais, formativas e socioculturais que dificultam a efetivação da educação inclusiva nesses contextos. A literatura aponta que o PPP deve atuar como instrumento de transformação social, valorizando a identidade quilombola e promovendo práticas contextualizadas com participação da comunidade. Este estudo, vinculado a uma pesquisa de mestrado em andamento, busca contribuir para o fortalecimento de políticas e práticas educativas comprometidas com a equidade, a diversidade e o reconhecimento das comunidades quilombolas como sujeitos de direitos. As autoras agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e incentivo financeiro ao desenvolvimento da pesquisa.

Referências

- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.
- BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Avanços em políticas de inclusão**: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- BARBOSA, Clarice Damascena; SANTOS, Zilmar Gonçalves. **Os desafios por reconhecimento de território das comunidades remanescentes quilombolas do Norte de Minas Gerais**. Revista Ciranda, v. 7, n. 1, p. 34-57, 2023.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



BECKER, Mirian Mirna; MEDEIROS, José Sodré; LAMAZON, Vanessa Lima. **O uso das tecnologias digitais acessíveis como estratégia de aprendizagem no atendimento educacional especializado – AEE.** Revista Gepesvida, v. 5, n. 13, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1223-1240, out./dez. 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-975, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano V, n. 10, p. 1-14, 2002.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.